



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Moraes quebra sigilo de imagens do Planalto

Magistrado também determina a entrega dos vídeos ao STF. Em depoimento à PF, ex-GSI nega omissão no ataque ao prédio

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a quebra do sigilo de todas as imagens captadas pelas câmeras do Palácio do Planalto no 8 de janeiro. Ele também ordenou que o material seja enviado à Corte.

"Inexiste sigilo das imagens, com base na Lei de acesso à Informação, sobretudo por serem absolutamente necessárias à tutela jurisdicional dos Direitos Fundamentais, ao Regime Democrático e Republicano, que foram covardemente desrespeitados no ataque criminoso à nossa democracia, no dia 8/01/2023", escreveu.

O magistrado deixa claro que as imagens devem ser enviadas na íntegra e que o conteúdo deve passar por perícia, para avaliar se as gravações sofreram algum tipo de edição.

Na decisão, Moraes ainda afirma que a Polícia Federal deve colher o depoimento de todos os servidores do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) que aparecem nas gravações do dia em que os prédios dos Três Poderes foram atacados por golpistas.

A determinação ocorre após o general Gonçalves Dias deixar o cargo de ministro-chefe do GSI por ter sido flagrado em imagens, no Planalto, interagindo com os vândalos que depredaram o prédio.

"A investigação dos atos golpistas não está restrita somente aos indivíduos e agentes públicos civis e militares que, criminosamente, pretenderam causar ruptura do Estado Democrático de Direito, na tentativa de violação de direitos fundamentais e na Separação de Poderes, mas, também, na identificação e responsabilização das condutas de todos aqueles, inclusive de agentes públicos civis e militares que, durante a consumação das infrações penais do dia 8/1 ou, posteriormente, comissiva ou omissivamente, foram

WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO



Gonçalves Dias, ex-chefe do GSI, deixa a PF: general disse que não prendeu ninguém no Planalto, no 8 de janeiro, porque estava gerenciando a crise



Não sendo possível, com base na Lei de Acesso à Informação, a manutenção da vedação de divulgação de todas — absolutamente todas — as imagens verificadas na ocasião do nefasto e criminoso atentado"

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

coniventes ou deixaram de exercer suas atribuições legais", enfatizou o magistrado.

De acordo com Moraes, o ministro-interino do GSI, Ricardo Cappelli, deve enviar ao Supremo os documentos referentes a uma sindicância aberta em janeiro, no âmbito do gabinete de segurança, para avaliar a conduta dos agentes. Conforme o magistrado, todo o material deve ser remetido em até 48 horas.

Pelo Twitter, Cappelli afirmou que vai concentrar esforços e cumprir a decisão. "Seguiremos trabalhando no GSI amanhã (hoje) para dar cumprimento às determinações do ministro Alexandre de Moraes. Enviaremos ao STF o material solicitado

e tornaremos públicas todas as imagens", postou.

Depoimento

Gonçalves Dias prestou depoimento ontem, por mais de quatro horas, à Polícia Federal, em Brasília. A oitiva ocorreu por ordem de Moraes. O magistrado quer saber se o general escondeu do governo e da própria PF as imagens em que aparece no Planalto no dia dos atentados.

Na oitiva, Gonçalves Dias afirmou que não deteve extremistas no prédio porque estava fazendo um gerenciamento de crise e que os invasores seriam presos pelos agentes de segurança no segundo piso, tão logo descessem, pois

esse era o protocolo.

Ele frisou, ainda, que "não tinha condições de, sozinho, prender dois, três ou mais, sendo que um dos invasores estava altamente exaltado".

Conforme sustentou na oitiva, todas as filmagens das câmeras de segurança do Planalto no 8 de janeiro foram fornecidas integralmente às instituições do Estado, sem omissão de possíveis filmagens.

O general também disse ter considerado um "absurdo" que, como chefe do GSI, não ter sido convidado para participar de reuniões da Secretaria de Segurança Pública do DF que discutiu a proteção da Esplanada dias antes dos ataques.

Em defesa do GSI

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — Apesar da grave crise aberta no governo por causa da demissão do general Gonçalves Dias, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse que não se deve extinguir nem mudar a atual estrutura do órgão, composto por civis e militares.

"É preciso apaziguar a situação. Temos de olhar para a frente", destacou. Na visão de Monteiro, o GSI pode mudar de nome, mas não ser extinto. "Pode ter até outra sigla, mas é um instrumento necessário, de trabalho, de apoio ao presidente da República", acrescentou.

O ministro admitiu que a situação é muito desconfortável. "Esse incômodo vem desde 8 de janeiro, mas, agora, não dá mais para continuar", disse. Contou que conversou com o general, ontem, e enfatizou esperar que tudo "termine em bom termo". Assinalou, ainda, que Gonçalves Dias não voltará ao governo depois de concluídas as investigações e comprovada sua eventual inocência. "Ele quer paz", justificou.

"O G.Dias é um homem de bem, sério, bem-intencionado, dos melhores amigos do presidente da República. Uma amizade construída em tempos de dificuldades, 20 anos", ressaltou, lembrando que as Forças Armadas estão acompanhando tudo o que se passa no GSI, "mas não se pode se meter nisso, já que não é da nossa roça".

Apesar de a crise estar abatedo o governo, Monteiro afirmou que ela faz parte da democracia. "Nos regimes totalitários, não há crise, não tem o contraditório. A gente tem de aprender a enfrentar as crises de forma positiva, procurando as convergências."

Nomeações polêmicas travam posse do indicado à Abin

» VINICIUS DORIA

Os fantasmas do 8 de janeiro que provocaram, na quarta-feira, a demissão do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias — conhecido como G.Dias —, também são responsáveis por assombrar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão que opera sem comando definitivo desde o início do ano.

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a diretoria-geral da agência, Luiz Fernando Corrêa ainda não assumiu porque a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu não sabatiná-lo, como manda a Constituição, até que dois membros da atual diretoria sejam afastados.

O nome mais polêmico é o do diretor adjunto, Alessandro Moretti, que foi secretário executivo de Anderson Torres na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal entre 2018 e 2021. O outro servidor que está no centro das críticas é Paulo Maurício

Confiança

Luiz Fernando Corrêa é delegado aposentado da Polícia Federal e nome de confiança de Lula, que o nomeou para a direção-geral da corporação em 2007, cargo que ocupou até 2011.

Fortunato Pinto, que era diretor do Departamento de Contrainvestigação da Abin até 2008 e ocupa, agora, o cargo de secretário de Planejamento e Gestão.

Atualmente, a Abin é comandada interinamente pelo oficial de inteligência Saulo Moura da Cunha — ex-diretor de Contrterrorismo do órgão —, uma indicação do ex-ministro G.Dias, que tentou efetivá-lo no cargo.

Moretti, indicação de Corrêa, foi nomeado para o cargo

Roosevelt Pinheiro/Agência Brasil



Corrêa ainda não assumiu a Abin porque a CRE decidiu não sabatiná-lo

em março pelo presidente Lula. Quando Anderson Torres assumiu o comando do Ministério da Justiça a convite do então presidente Jair Bolsonaro, Moretti foi alçado à Diretoria de Inteligência Policial da Polícia Federal.

Segundo o **Correio** apurou, a relação dele com a gestão Bolsonaro é considerada

inadmissível para senadores da base governista. Por isso, o presidente da CRE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), cancelou a sabatina de Corrêa, marcada para a sessão de 30 de março, e não há previsão para uma nova data.

No caso de Paulo Maurício Fortunato Pinto, nomeado no último dia 4, o passado que o assombra

está mais distante, remonta à Operação Satiagraha, da Polícia Federal. A força-tarefa, deflagrada em 2004, descobriu a participação da Abin em um esquema de escutas ilegais que atingiram ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Gilmar Mendes, e senadores. Em 2008, na CPI das Escutas Clandestinas, Fortunato negou participação no escândalo, porém um grupo de senadores liderado por Renan Calheiros não admite que ele permaneça no cargo atual.

"Não vamos sabatar o segundo nem o terceiro da Abin (Moretti e Fortunato), mas esses informes são importantes para o andamento da própria sabatina. A responsabilidade do Senado Federal é total, nós precisamos saber quem são essas pessoas", alertou Calheiros, na sessão de 30 de março, ao justificar a decisão de cancelar a sabatina de Corrêa.

Calheiros chegou a receber Corrêa duas vezes, em seu gabinete no Senado. Apesar dos argumentos de que não há nada que pese contra sua reputação,

o parlamentar nada fez para remarcar a sabatina e ainda o alertou sobre a inconveniência da nomeação dos dois diretores.

Outro fator que não contribuiu para a aprovação de Corrêa é o fato de que, desde a sua indicação, nenhum parlamentar se dispôs a defender publicamente sua posse no comando da Abin.

Procurado pela reportagem, Corrêa não quis comentar o impasse que se estabeleceu por causa dos diretores que indicou para a Abin. Na Casa Civil, o assunto é tratado com discrição pelo ministro Rui Costa, que espera uma decisão de Lula para definir o futuro do comando da Abin — próximo alvo do processo de desbolsionarização de órgãos estratégicos do governo.

A expectativa é de que o impasse seja superado neste fim de semana, durante a visita de Estado do presidente a Portugal e à Espanha. Calheiros é um dos convidados do chefe do Executivo na comitiva brasileira e esse é um dos temas que os dois tratarão, de forma privada, na viagem.